

Cliente: São Roque Energética S.A.

Assunto: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2022.



1 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores

São Roque Energética S.A

Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Roque Energética S.A., que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Roque Energética S.A., em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Financiamentos

Para fins de construção da Usina Hidrelétrica São Roque, a Companhia captou recursos junto aos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e BTG Pactual. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do passivo e impactos no resultado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção do entendimento sobre as liberações de recursos, o cálculo de atualizações, o cronograma de pagamentos e demais cláusulas contratuais; e ii) recálculo dos juros, multas e penalidades baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos financiamentos e as divulgações apresentadas estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros Assuntos**- Auditoria de ano anterior**

As demonstrações financeiras da São Roque Energética S.A. referente ao exercício findado em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por nós auditores, com relatório emitido em 25 de maio de 2022, sem ressalvas, com ênfase em valor recuperável do ativo, situação essa retirada no exercício atual em virtude da entrada da planta em operação e realização da unitização dos ativos, conforme mencionado em nota explicativa nº 8 parágrafo 1 e 2.

- Eventos Subsequentes

Conforme nota explicativa Nº 27, parágrafo terceiro, em 04 de fevereiro de 2023, o capital social foi alterado para R\$ 306.500.000 (trezentos e seis milhões e quinhentos mil reais), mediante emissão de 41.500.000 (quarenta e um milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante integralização do adiantamento, conforme nota explicativa nº 17.

Conforme nota explicativa Nº 17, em 1 de dezembro de 2022, o FIP Multiestratégia, assinou termo de cessão de direitos, no valor de R\$ 41.500.000 (quarenta e um milhões e quinhentos mil reais), em conjunto com a Nova Engevix Construções e Montagens S.A, Infravix Participações S.A., e em razão desta cessão, a Companhia constituiu o adiantamento para futuro aumento de capital.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações

financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das companhias ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de junho de 2023.

Davi & Corrêa Auditores independentes S/S
CRC-RS 3.797
Pedro Osório Corrêa
Contador CRC-RS 42.462/O-8

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2022

Balço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxo de Caixa

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2022

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022
(Valores em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.126	29.500
Impostos a recuperar	6	1.496	1.229
Adiantamento a fornecedores		541	-
Despesas antecipadas	7	1.008	1.835
		5.171	32.564
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	23	196.458	-
Despesas antecipadas	7	-	1.588
Imobilizado	8	1.193.637	941.577
Intangível	9	33.105	31.928
		1.423.200	975.093
Total do ativo		1.428.371	1.007.657

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022
(Valores em milhares de Reais)

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	10	17.885	50.754
Financiamentos	12	59.138	-
Obrigações tributárias	15	6.478	1.219
Concessão a pagar	13	78	-
Encargos setoriais		550	-
Obrigações sociais e trabalhistas		199	144
		84.328	52.117
Não Circulante			
Outros fornecedores	10	67.394	-
Financiamentos	12	1.335.841	903.096
Provisão da unitização	16	19.324	-
Concessão a pagar	13	31.321	30.046
Partes relacionadas	11	-	14.489
Provisão para contingências	14	751	29.558
		1.454.631	977.189
Patrimônio Líquido			
	17		
Capital Social		265.000	245.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		41.500	-
Prejuízos acumulados		(417.088)	(266.649)
		(110.588)	(21.649)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.428.371	1.007.657

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2022
(Valores em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de operações com energia elétrica	18	40.840	-
Impostos incidentes sobre receitas		(3.778)	-
Encargos do consumidor		(2.445)	-
Receita operacional líquida		<u>34.617</u>	<u>-</u>
Custos operacionais	19	(22.331)	-
Lucro bruto		<u>12.286</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	20	(3.184)	(8.377)
Amortização/depreciação		(10.235)	-
Outras receitas e despesas	21	25.860	(789)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>24.727</u>	<u>(9.166)</u>
Receitas financeiras	22	60.110	1.751
Despesas financeiras	22	(431.734)	(1.309)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(346.897)</u>	<u>(8.724)</u>
Contribuição social diferida	23	52.004	-
Imposto de renda diferido	23	144.454	-
Prejuízo líquido do exercício		<u>(150.439)</u>	<u>(8.724)</u>
Quantidade de ações integralizadas		265.000.000	245.000.000
Prejuízo líquido por ação (em R\$)		(0,057)	(0,036)

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022
(Valores em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	(150.439)	(8.724)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(150.439)</u></u>	<u><u>(8.724)</u></u>

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022
(Valores em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	195.000	(257.925)	-	(62.925)
Integralização de capital social	50.000	-	-	50.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(8.724)	-	(8.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	245.000	(266.649)	-	(21.649)
Integralização de capital social	20.000	-	-	20.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(150.439)	-	(150.439)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	41.500	41.500
Saldos em 31 de dezembro de 2022	265.000	(417.088)	41.500	(110.588)

São Roque Energética S.A.
CNPJ n.º 15.116.321/0001-23

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2022
(Valores em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(150.439)	(8.724)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas		
Depreciação e amortização	10.235	-
Juros e tarifas sobre financiamentos	496.907	55.383
Variação monetária do uso do bem público	1.353	2.908
Provisão para contingências	(28.807)	2.380
Aumento (redução) dos ativos		
Impostos a recuperar	(267)	(395)
Impostos diferidos	(196.458)	-
Adiantamento a fornecedores	(541)	
Despesas antecipadas	2.415	(3.010)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	34.524	7.669
Partes relacionadas	(14.489)	(26.480)
Provisão da unitização	19.324	-
Encargos setoriais	551	-
Obrigações sociais e trabalhistas	55	28
Obrigações tributárias	5.259	600
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>179.622</u>	<u>30.359</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(263.472)	(248.667)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(263.472)</u>	<u>(248.667)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de financiamento	-	202.535
Despesas financeiras e juros pagos	(5.024)	(4.735)
Adiantamento para futuro aumento de capital	41.500	-
Aumento de capital social	20.000	50.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>56.476</u>	<u>247.800</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.374)</u>	<u>29.492</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.500	8
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.126	29.500
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.374)</u>	<u>29.492</u>

1 Contexto operacional

a. Objeto social

A São Roque Energética S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, foi constituída como uma subsidiária integral da Desenvix Energias Renováveis S.A., em 26 de janeiro de 2012, com sede em Barueri. A Companhia tem como objeto social construir e explorar comercialmente a Usina Hidrelétrica São Roque, localizada no rio Canoas, nos municípios de Vargem e São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina.

Em 01 de julho de 2022, a Companhia, através de seu estatuto social, transferiu a sede da Companhia de Alameda Araguaia em Barueri/SP para Rodovia Admar Gonzaga em Florianópolis/SC.

b. Concessão do direito de exploração da Usina Hidrelétrica São Roque

A Companhia é detentora da concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica São Roque, arrematada pela Desenvix Energias Renováveis S.A., durante o Leilão 7/2011, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, em 20 de dezembro de 2011, com o objetivo de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com início de suprimento que estava previsto para janeiro de 2016.

Em 20 de agosto de 2012, a União (Poder Concedente), por meio do contrato de concessão nº 01/2012- MME-UHE São Roque, de uso do bem público para geração de energia elétrica sob o regime de produção independente de energia elétrica, concedeu à São Roque Energética S.A.(Concessionária), por um período de 35 anos, o direito de construir e explorar o potencial de energia elétrica da Usina Hidrelétrica São Roque, bem como das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à usina hidrelétrica.

A Usina tem uma potência instalada de 141,9 MW (megawatt) e a concessão possui o prazo de 35 anos, contado a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

A garantia física de energia da Usina, de acordo com a portaria SPE/MME nº 37 de 17 de novembro de 2011 é de 90,9 MW médios, após a completa motorização, sendo que neste total estão incluídos 13,5 MW médios relativos ao benefício indireto e considerados na última unidade. Em 08 de julho de 2016, conforme a portaria MME nº 108, foram definidos novos montantes de garantia física passando esta a ser de 91,3Wm médios.

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia protocolou o pedido de anuência à ANEEL para a transferência de seu controle societário para o Fundo de Investimento em Participações Desenvix - FIP Desenvix. Em 14 de janeiro de 2013, através da Resolução Autorizativa nº 3.845/2013, tal anuência foi concedida.

Em 15 de julho de 2015, foi transferido integralmente o controle societário do Fundo de Investimento em Participação Desenvix – FIP Desenvix para a Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (antigo Caixa Fundo de Investimento em Participação CEVIX), com anuência da ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5140/2015.

A construção da UHE São Roque foi iniciada em novembro de 2013 e foi executada através de contrato *EPC – Engineering, Procurement and Construction*.

Em 18 de outubro de 2019 a São Roque Energética participou do Leilão nº 4/2019 da ANEEL (A-6 de 2019), no qual comercializou 60 (sessenta) MW médios de sua garantia física, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 157,08/MWh, base outubro de 2019, com entrega prevista a partir de janeiro de 2025 e com prazo de suprimento de 30 (trinta) anos ou até o final da concessão, o que ocorrer antes.

Em 24 de novembro de 2020 realizou leilão no Ambiente de Contratação Livre (ACL) no qual vendeu 32 MWh para entrega em 2022 e 33 MWh para entrega em 2023, com tarifas médias de R\$ 182,57/MWh e R\$ 156,06/MWh, respectivamente, ambos os preços referidos de novembro/2020.

Em 30 de setembro de 2021 participou do Leilão de Energia Nova nº 8/2021 (A-5/2021) da ANEEL no qual comercializou 27,8 MWh médios de sua garantia física, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 174,27/MWh, base setembro de 2021, com entrega prevista a partir de janeiro de 2026 e com prazo de suprimento de 25 (vinte e cinco) anos ou até o final da concessão, o que ocorrer antes.

Em janeiro de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda de energia elétrica contratada de 42,00 MWh médios no ambiente de contratação livre – ACL, para o período de fornecimento de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, entre São Roque Energética S.A., Nova Participações S.A. e a GET Comercializadora de Energia S.A.

Em maio e junho de 2022, foi celebrado a proposta de pré-pagamento do contrato de energia elétrica CCVE N 2207-18920, com a Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

A primeira unidade geradora da UHE São Roque entrou em operação comercial em julho/2022. A seguir estão apresentados os despachos do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que liberaram a operação comercial das três unidades geradoras:

- Unidade geradora 01: Despacho nº 1.939, de 20 de julho de 2022, liberou a operação comercial a partir de 21 de julho de 2022;
- Unidade geradora 02: Despacho nº 2.646, de 16 de setembro de 2022, liberou a operação comercial a partir de 19 de setembro de 2022;
- Unidade geradora 03: Despacho nº 2.063, de 29 de julho de 2022,

liberou a operação comercial da UG a partir de 01 de agosto de 2022.

Em setembro de 2022 a São Roque recebeu o Certificado I-REC do Instituto Totum para comercialização de créditos de carbono.

Em 02 de dezembro de 2022 a São Roque participou do Leilão de Energia Nova nº 7/2022 (A-2/2022) da ANEEL no qual comercializou 30 MW médios no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) a uma tarifa de R\$ 131,00/MWh, base dezembro de 2022, com entrega a partir de janeiro de 2024 e com prazo de suprimento de 2 (dois) anos.

Em dezembro de 2022, foi celebrado o primeiro aditivo ao Contrato de Financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo descontado o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela Aneel.

e. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, ICPC 01 – (R1), ICPC 17 e o OCPC 05 – referente a Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2022, não há indicação de valorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

O teste de provisão de ativos foi efetuado com base no valor em uso e as unidades geradoras de caixa para fins de determinação nos fluxos de caixa líquidos de lucros operacionais gerados pelo ativo “Usina Hidrelétrica São Roque” (Imobilizado), e do uso de Bem Público (UBP) registrado como intangível.

g. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Concessões a pagar - Taxas regulamentares “Uso do Bem Público”

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico.

j. Capitalização de juros incorridos sobre financiamentos

Conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, a Companhia capitalizou os encargos financeiros vinculados aos seus correspondentes financiamentos, sendo que esses juros são capitalizados até o momento do início da operação da Usina e realizados linearmente conforme a depreciação no período de sua vida útil.

k. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e apurados pelo regime de competência.

- (i) **Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D:** Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

- (ii) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela Aneel, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem, instalações destinadas à sua produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

I. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

É constituída com base na avaliação de risco, considerando que a probabilidade de ocorrer uma perda é maior que a de não ocorrer, conforme critério estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda é embasada em relatórios preparados pelos assessores legais da Companhia.

m. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 milhões para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a

impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.

o. Apuração do resultado

Os resultados são registrados pelo regime de competência. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente os ganhos com aplicações financeiras, juros e variações monetárias. As despesas financeiras representam os encargos sobre financiamentos, os juros efetivos incorridos, e os demais encargos, despesas bancárias e outras transações financeiras.

4. Gerenciamento de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, outras contas a pagar e fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

b. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas

financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras, as quais são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

c. Capitalização de juros incorridos sobre financiamentos

Conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, a Companhia capitalizou os encargos financeiros vinculados aos financiamentos, sendo que esses juros são capitalizados até o momento da entrada em operação da Usina e realizados linearmente pela depreciação no período de sua vida útil.

5- Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco conta movimento	648	1.441
Aplicações financeiras	1.478	28.059
	<u>2.126</u>	<u>29.500</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de renda fixa e títulos de capitalização, que são remunerados a taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa Referencial (TR).

6- Impostos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRRF sobre aplicação financeira (i)	248	778
Crédito de Pis e Cofins	-	320
IR e CS pago a maior (ii)	974	-
Saldo negativo de IRPJ (iii)	245	-
Outros	29	131
	<u>1.496</u>	<u>1.229</u>

Os direitos decorrentes de tributos a recuperar ou compensar são mensurados de acordo com os documentos que demonstrem o crédito apurado.

(i) O saldo de IRRF sobre aplicação financeira, decorre da retenção na

- fonte do exercício de 2022, na aplicação de recursos da Companhia no banco BTG Pactual.
- (ii) O saldo de IR e CS pagos a maior, decorrem da retenção indevida nas notas fiscais faturadas pelo fornecedor do EPC Nova Engevix Construções, os montantes serão solicitados para ressarcimento junto a Secretária da Receita Federal do Brasil.
- (iii) O saldo negativo de IRPJ, decorre da retenção na fonte no exercício de 2021, na aplicação financeira dos recursos que a Companhia possui aplicados no banco BTG Pactual, os montantes serão solicitados para ressarcimento, através de PERCOMP protocolado junto a Receita Federal do Brasil.

7- Despesas antecipadas

Referem-se aos prêmios de seguros apropriados de acordo com o seu prazo de vigência e que têm a seguinte composição:

Prêmios de seguros	Vigência	2022	2021
Seguro de responsabilidade civil	31/07/21 a 01/12/22	-	328
Seguro risco operacional	09/08/22 a 09/08/23	433	-
Seguro de responsabilidade civil	09/08/22 a 09/08/23	37	-
Seguro garantia	19/03/20 a 29/03/23	45	236
Seguro garantia – crédito bancário	23/07/21 a 20/04/23	493	2.859
		1.008	3.423
	Curto prazo	1.008	1.835
	Longo prazo	-	1.588

8- Imobilizado

Em julho de 2022, através dos despachos do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência de Energia Elétrica – ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela sua Resolução Normativa, aprovou as unidades geradoras UG1, UG2 e UG3, da UHE São Roque, para início da operação comercial.

Diante do exposto, a Companhia, procedeu a unitização do imobilizado em andamento, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O processo de unitização consiste na valoração dos bens, direitos e instalações, constituindo a UC/UAR (Unidade de Cadastro/Unidade de Adição e Retirada). O processo de unitização e cadastramento dos bens deverá ser concluído simultaneamente à sua transferência da imobilização em andamento

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para imobilização operacional. Todo o procedimento de unitização é composta pelas informações do inventário físico e das ordens em curso de origem.

Abaixo a Companhia demonstra os saldos dos ativos transferidos de imobilizado em andamento para imobilização em serviço, assim como, a movimentação da depreciação dos saldos dos ativos.

A Companhia reconhece a depreciação dos ativos, em conformidade às taxas definidas pela Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL.

a. Imobilizado

Descrição Contas	2022			2021
	Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	150.764	-	150.764	76.130
Reservatório, barragens e adutoras	706.509	(5.925)	700.584	88.041
Edificações, obras civis e benfeitorias	55.664	(502)	55.162	335.045
Máquinas e equipamentos	264.492	(3.165)	261.327	71.340
Veículos	180	(11)	169	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	72.555
Depósitos judiciais	25.630	-	25.630	56.848
Móveis e utensílios	1	-	1	32
Estudos e projetos	-	-	-	10.414
A ratear	-	-	-	214.286
Administração	-	-	-	24
Sistema de conexão	-	-	-	16.862
Totais	1.203.240	(9.603)	1.193.637	941.577

b. Movimentação do imobilizado

	2021	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	2022
Terrenos	76.131	14.574	-	61.374	(1.315)	150.764
Reservatório, barragens e adutoras	88.042	69.475	-	547.727	1.265	706.509
Edificações, obras civis e benfeitorias	335.043	33.837	-	(313.216)	-	55.664
Máquinas e equipamentos	71.340	63.408	-	130.018	(274)	264.492
Veículos	-	180	-	-	-	180
Adiantamentos a fornecedores	72.555	17.130	(39.239)	(50.770)	324	-
Depósitos judiciais	56.847	35.051	(13.657)	(52.611)	-	25.630
Móveis e utensílios	32	-	-	(31)	-	1
Estudos e projetos	10.415	-	-	(10.415)	-	-

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A ratear	214.287	69.892	-	(284.507)	328	-
Administração	24	-	-	(24)	-	-
Sistema de conexão	16.862	10.863	-	(27.725)	-	-
	941.578	314.230	(52.896)	-	328	1.203.240

c. Movimentação da depreciação

	2021	Adições	Baixas	2022
Reservatório, barragens e adutoras	-	(5.925)	-	(5.925)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(502)	-	(502)
Máquinas e equipamentos	-	(3.165)	-	(3.165)
Veículos	-	(11)	-	(11)
	-	(9.603)	-	(9.603)

9- Intangível

a. Composição do intangível

	2022	2021
Uso do Bem Público (UBP)	31.067	30.046
Servidão	1.738	1.329
Depósitos judiciais	276	527
Softwares	24	26
	33.105	31.928

b. Movimentação do custo

	Movimentação do custo			
	2021	Adições	Transferências/ reclassificação	2022
UBP - Uso do Bem Público	30.046	1.653	-	31.699
Servidão	1.329	-	409	1.738
Depósitos judiciais	527	-	(251)	276
Softwares	26	-	-	26
	31.928	1.653	158	33.739

c. Movimentação da amortização

	Movimentação da amortização			
	2021	Adições	Baixas	2022
UBP - Uso do Bem Público	-	(632)	-	(632)
Softwares	-	(2)	-	(2)
	-	(634)	-	(634)

O valor capitalizado da UBP, passou a ser reconhecido no resultado a partir da data da operação comercial da primeira unidade geradora da UHE, em julho de 2022, atestada pela fiscalização da ANEEL, e amortiza até o final da concessão (35 anos) a contar da data de início da concessão.

A administração da Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável.

Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para o cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão ao custo histórico, a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados ao valor novo de reposição.

10- Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores de uso da rede elétrica - CUST (i)	5.003	5.003
Materiais e serviços	17.885	45.751
Antecipação de energia – adiantamento de clientes (ii)	62.390	-
	85.278	50.754
Curto Prazo	17.885	50.754
Longo Prazo	67.393	-

(i) Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão conforme Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

(ii) Contratos de compra e venda de energia elétrica contratada de 42,00 MW Médios no Ambiente de Contratação Livre – ACL, para o período de fornecimento de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

11- Partes relacionadas

Os saldos das operações decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo de controle, como segue abaixo:

Em 1 de dezembro de 2022 foi deliberada em assembleia geral extraordinária, o termo de cessão de direitos entre o FIP Multiestratégia e a Infravix Participações S.A, a capitalização no montante de R\$ 16.337 (dezesseis milhões e trezentos e trinta e sete

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mil reais) através da conversão da dívida para aumento do capital social da UHE São Roque.

	2021	Atualização	Capitalização	2022
Infravix Participações S.A.	14.489	1.848	16.337	-

12- Financiamentos

Aplicação	Agente financeiro	Encargos	Vencimento	2022	2021
Construção	BNDES - sub A (direto)	TLP + 0,2% a.a	ago/47	502.802	455.816
Construção	BNDES - sub B (direto)	TLP + 0,2% a.a	ago/47	251.846	-
Construção	BRDE - sub A (repassé)	TLP + 0,2% a.a	ago/47	267.084	243.514
Construção	BRDE - sub B (repassé)	TLP + 0,2% a.a	ago/47	140.581	-
Construção	BTG Pactual (CCB 373/21)	DI + 5,4% a.a.	jan/26	112.505	101.565
Construção	BTG Pactual (CCB 602/21)	DI + 5,3% a.a	abr/26	120.161	102.201
				1.394.979	903.096
			Circulante	59.138	-
			Não circulante	1.335.841	903.096

Movimentação dos financiamentos

Agente financeiro	2021	Encargos/ Juros	Pagamento de juros	2022
BNDES (direto)	455.816	298.833	-	754.649
BRDE (repassé)	243.514	164.150	-	407.664
Banco BTG Pactual	101.565	15.964	(5.024)	112.505
Banco BTG Pactual	102.201	17.960	-	120.161
	903.096	496.907	(5.024)	1.394.979

Para os financiamentos junto ao BNDES e BRDE, as garantias foram: penhor dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos.

Em dezembro de 2022, a Companhia, assinou os aditivos contratuais com os bancos BNDES e BRDE, e reconheceu contabilmente a atualização da dívida principal conforme subcrédito "A", correspondentes ao saldo de principal vencidos e juros contratuais, e o subcrédito "B", correspondentes aos saldos de outros encargos, penalidades e multas, parte das penalidades já estavam contabilizadas no passivo da Companhia como provisão para contingências e devido assinatura do aditivo, os montantes foram reclassificados para composição da dívida do subcrédito "B".

De acordo com as cláusulas contratuais do aditivo, se verificado o cumprimento integral de todas as obrigações financeiras estipuladas para o subcrédito "A", os valores decorrentes do subcrédito "B", acrescidos da sua atualização e dos encargos previstos, terão seu pagamento dispensado automaticamente em 2047.

Para o financiamento junto ao banco BTG, a garantia foi um Seguro Garantia Financeiro sem compartilhamento de garantias do projeto com os bancos de desenvolvimento.

13- Concessões a pagar

A UHE São Roque foi arrematada durante leilão de energia, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 20 de dezembro de 2011, pela Desenvix Energias Renováveis S.A., sendo o contrato de concessão para exploração do potencial elétrico firmado em 20 de agosto de 2012. O referido contrato de concessão estabelece dentre outros pontos, o pagamento pelo uso do bem público, sendo:

- (i) A Companhia assumiu obrigação junto à União, da data da Operação Comercial da Primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, até o final da concessão (35 anos), parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 489 mil.
- (ii) O valor de pagamento pelo uso do bem público é atualizado mensalmente utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

Descrição	2021	Encargos	Pagamentos	2022
Concessão UBP	30.046	1.742	(389)	31.399
	30.046	1.742	(389)	31.399

14- Provisão para contingências

A Companhia constituiu provisão para contingência de ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, considere como provável.

	2022	2021
Ação indenizatória	751	751
Penalidade BNDES (a)	-	20.946
Penalidade BRDE (a)	-	7.861
	751	29.558

As ações de risco provável totalizam o montante de R\$ 751 e correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações de áreas do reservatório da usina.

- (a) Referem-se as penalidades por inadimplementos não financeiros na qual a Companhia está sujeita, conforme cláusulas contratuais do aditivo assinado em 2022 com os bancos BNDES e BRDE, conforme nota explicativa nº 12.

15- Obrigações tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISS a recolher	2.635	629
Retidos na fonte (IRRF, CSRF, INSS)	934	368
PIS a recolher	384	-
COFINS a recolher	1.809	-
INSS e FGTS a recolher	716	222
	<u>6.478</u>	<u>1.219</u>

16- Provisão da Unitização

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão Unitização - EPC	154	-
Provisão Unitização - Terras	7.160	-
Provisão Unitização - Meio Ambiente	12.010	-
	<u>19.324</u>	<u>-</u>

A Companhia, procedeu a unitização do imobilizado em andamento, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O processo de unitização consiste na valoração dos bens, direitos e instalações, constituindo a UC/UAR (unidade de cadastro/unidade de adição e retirada). O processo de unitização e cadastramento dos bens é realizado pela transferência dos registros de imobilizações em andamento para operacional. Toda a memória dos procedimentos de unitização é composta pelas informações do inventário físico e das ordens em curso de origem.

A provisão da unitização, consiste, em registrar contabilmente de acordo com o princípio da prudência, os montantes de investimentos, ainda não incorridos através de notas fiscais emitidas até a data da unitização.

17- Patrimônio líquido**Capital social**

Em 06 de julho de 2021, o capital social foi alterado para R\$ 245.000 (duzentos e quarente e cinco milhões de reais), mediante emissão de 50.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante capitalização de dívida da Companhia.

Em 29 de Agosto de 2022, o capital social foi alterado para R\$ 255.000 (duzentos e cinquenta e cinco milhões de reais), mediante emissão de 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante aporte financeiro do FIP Multiestratégia.

Em 31 de outubro de 2022, o capital social foi alterado para R\$ 265.000 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais), mediante emissão de 10.000 (dez milhões) de ações

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante aporte financeiro do FIP Multiestratégia.

Em 1 de dezembro de 2022, o FIP Multiestratégia, assinou termo de cessão de direitos, no valor de R\$ 41.500 (quarenta e um milhões e quinhentos mil reais), em conjunto com a Nova Engevix Construções e Montagens S.A, Infravix Participações S.A., e em razão desta cessão, a Companhia constituiu o adiantamento para futuro aumento de capital.

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% Participação</u>
Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	265.000	100%

18- Receita de operações com energia elétrica

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de operação com energia elétrica	27.160	-
Operações de swap	13.680	-
	<u>40.840</u>	<u>-</u>

19- Custos operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Compra de energia elétrica	(14.356)	-
TUST - Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	(4.206)	-
Serviços prestados por terceiros	(3.519)	-
Aluguel e Seguros	(1.756)	-
Locação de máquina e equipamentos	(69)	-
Internet, telefone, energia, água, gás	(159)	-
Gerais (viagens, passagens e hospedagens)	(13)	-
Materiais	(2)	-
Taxas e tributos	(86)	-
Outros custos	(1.343)	-
Créditos de Pis/Cofins	1.315	-
Liquidação CCEE - ajustes	1.863	-
	<u>(22.331)</u>	<u>-</u>

20- Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Folha de pagamento, encargos e benefícios	(1.018)	(506)
Serviços prestados por terceiros	(1.380)	(5.358)
Taxas e tributos	(446)	(90)

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aluguel e seguros	(25)	(484)
Internet, telefone, energia, água, gás	(35)	(13)
Gerais (viagens, passagens e hospedagens)	(7)	(6)
Materiais	(4)	(7)
Outras despesas	(269)	(1.913)
	<u>(3.184)</u>	<u>(8.377)</u>

21- Outras receitas e outras despesas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reversão de provisão de penalidade BNDES	19.999	-
Reversão de provisão de penalidade BRDE	5.864	-
Outras receitas	7	-
Outras despesas	(10)	(789)
	<u>25.860</u>	<u>(789)</u>

A Companhia assinou aditivo do contrato de financiamento com BNDES e BRDE em 2022, e de acordo com as cláusulas contratuais, as penalidades fazem parte da dívida do subcrédito B, portanto foi efetuado a reversão da provisão e a constituição da despesa financeira efetiva.

22- Resultado financeiro

Receitas financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cessão contrato de venda de energia	6.200	-
Perdão de dívida EPC	42.582	-
Venda de sucata	30	-
Assunção de dívida de terras	10.768	-
Outras receitas financeiras	45	80
Rendimento de aplicações financeiras	534	1.782
Pis e Cofins	(49)	(110)
	<u>60.110</u>	<u>1.751</u>

Despesas financeiras

Multa, juros e encargos sobre financiamento	(51.397)	-
Penalidade, outros encargos, inadimplência BNDES e BRDE	(379.726)	-
Tarifas bancárias	(94)	(5)
Juros	(281)	(688)
Outras despesas financeiras	(236)	(616)
	<u>(431.734)</u>	<u>(1.309)</u>

23- Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia reconheceu no ativo, o imposto diferido decorrente de prejuízos acumulados anteriores, e também o imposto diferido apurado no resultado do atual exercício conforme abaixo.

De acordo com as cláusulas contratuais do aditivo, a dívida decorrente do subcrédito B, pode ser perdoado em setembro de 2047, desde de que, a Companhia cumpra integralmente com os pagamentos inerentes ao subcrédito A. Diante disto, a Companhia entende a necessidade de registro de créditos de impostos que poderão ser compensados com lucros auferidos em exercícios futuros.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido

	<u>2022</u>
Prejuízo antes dos impostos	(346.897)
Adições	
Demais despesas não dedutíveis	10
Exclusões	
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	<u>(346.887)</u>
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-
Lucro real depois da compensação de prejuízos fiscais	<u>(346.887)</u>
Alíquota nominal combinada de impostos de renda e contribuição social - %	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(117.942)</u>

24- Instrumentos financeiros

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

25- Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contrato de seguro de garantia da execução das obras de implementação da Central Geradora UHE São Roque, conforme com o Contrato de Concessão formalizado junto à ANEEL.

Seguro garantia de fiel cumprimento

Em 30 de junho de 2020 foi celebrado com a seguradora EZZE Seguros, a apólice de seguro garantia de fiel cumprimento de todas as obrigações da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir exclusivamente a execução das obras de implantação da Central Geradora UHE São Roque do Contrato de Concessão nº 01/2012 – MME – UHE São Roque, decorrente do Edital de Leilão nº 04/2019 e Leilão nº 08/2021 (LEN-A-5) da ANEEL. A cobertura, no montante de R\$ 24.450, abrange apenas a etapa de implantação do projeto, ou seja, até o início da operação comercial da última unidade geradora com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Seguro garantia de crédito bancário

Em 23 de julho de 2021 e em 29 de outubro de 2021 foi celebrado com a seguradora TOO Seguros a contratação de apólices de seguros referentes à garantia de crédito bancário, cujo o objetivo é garantir até o limite máximo de garantia das obrigações assumidas pela São Roque Energética.

Seguro garantia de Responsabilidade Civil Geral

Em 30 do julho de 2021 foi renovado seguro com a seguradora Fairfax Brasil a contratação da apólice de seguro garantia de Responsabilidade Civil Geral da São Roque Energética S.A., o seguro tem por objeto garantir, até o Limite Máximo de Garantia da apólice e/ou Limite Máximo de Indenização por Cobertura contratada, o pagamento de indenizações ao Segurado, a título de reembolso das quantias pelas quais o mesmo vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo previamente autorizado de modo expresso pela Seguradora, relativas a reparações por danos físicos à pessoa e/ou materiais involuntariamente causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice e que decorram de riscos cobertos para a Construção e/ou Instalação e Montagem para implantação da Usina Hidrelétrica São Roque com potência instalada de 141,9 MW, sendo 03 turbinas Francis.

Em 09 de agosto de 2022 foi celebrado com a seguradora CHUBB Seguros Brasil S.A a contratação da apólice de seguro garantia de Responsabilidade Civil Geral da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir até o limite máximo da Garantia da Apólice danos referentes a Sentença Judicial transitado em julgado decorrente do risco coberto nas condições contratuais e os Acordo com os terceiros prejudicados, ocorridos durante a vigência do seguro e cobertos por ela.

Seguro garantia de Riscos Operacionais

Em 09 de agosto de 2022 foi celebrado com a seguradora TOKIO Marine Seguradora a contratação da apólice de seguro garantia de Riscos Operacionais da São Roque Energética S.A., cujo objetivo é garantir até o limite máximo da Garantia da Apólice os danos causados nos bens conforme detalhamento e valores descritos na mesma.

26- Compromissos assumidos

Em função do contrato de Concessão celebrado com a ANEEL em 20 de agosto de 2012, a Companhia assume todas as responsabilidades e encargos relacionados com a elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários para conclusão da UHE, devendo executá-los de acordo com as normas técnicas e exigências legais aplicáveis e de acordo com o cronograma físico apresentado à ANEEL assumindo todos e quaisquer ônus e responsabilidades pelos eventuais atrasos, tendo como principais responsabilidades:

- Realizar os estudos de Inventário e de Viabilidade do projeto;
- Realizar a gestão do reservatório e das áreas de proteção do reservatório da UHE;
- Instalar, operar e manter as instalações, onde for determinado pela ANEEL;
- Respeitar os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante da UHE, observando as regras operacionais do ONS;
- Instalar e manter sistema de dados e de medição para fins de comercialização de energia e da supervisão operacional;
- Manter pessoal técnico e administrativo, legalmente habilitado e treinado, em quantidade compatível com o desempenho operacional da UHE;
- Manter e executar programas periódicos de inspeção, monitoramento, ações de emergência e avaliação de segurança das estruturas da UHE;
- Organizar e manter registro de inventário dos bens e instalações vinculados à concessão;
- Respeitar a legislação ambiental e de recursos hídricos, adotando todas as providências cabíveis junto aos Órgãos Ambientais e de Recursos Hídricos;
- Celebrar os Contratos de Uso de Conexão aos sistemas de transmissão ou de distribuição;
- Apresentar o Cadastro Socioeconômico da população atingida pela UHE;
- Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e os encargos oriundos da legislação e normas estabelecidas pelo Poder Concedente.

A Companhia é obrigada a aplicar anualmente o montante, mínimo de um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme os termos da Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

27- Eventos subsequentes

(i) Pré-Venda de Energia

Em 05 de maio de 2023 foi celebrado contrato de compra e venda de energia contratada de 7 MWmédio, para o período de fornecimento de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, com a MATRIX Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Em maio de 2023 foi aditivado o contrato CCVE nº CCVE Nº 2301 – 19120 (74766) de compra e venda de energia contratada em MWmédio, para o período de fornecimento

São Roque Energética S.A.

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024, com a MATRIX Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Em 04 de fevereiro de 2023, o capital social foi alterado para R\$ 306.500.000,00 (trezentos e seis milhões e quinhentos mil reais), mediante emissão de 41.500.000 (quarenta e um milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante integralização do adiantamento, conforme nota explicativa nº 17.

Florianópolis, 27 de junho de 2023.

Susana Barbosa
CPF 054.304.169-75
Diretora

Gabrielle de Matos Pereira
CPF 081.610.736-00
Diretora

Adriana Goulart Rios
Contadora
CPF 539.569.580-04
CRC/RS 067154/O-0 T-SC